

Série: CADERNOS CODEPLAN, 2.

Capa: Danilo Barbosa

Copidescagem e Revisão: Eliane Menezes e Heloisa Barbosa



B 823
Costa
Macedo
1992.

Brasília : uma economia forte num meio frágil / Ronaldo Couto ... [et al.] ; Paulo César Timm, Maria Celeste Dominici, organizadores. - Brasília : CODEPLAN, 130 p. - (Série Cadernos CODEPLAN ; 2)

Coletânea

1. Desenvolvimento sócio-econômico - Distrito Federal (Brasil). 2. Urbanismo - Distrito Federal (Brasil). 3. Meio ambiente - Distrito Federal (Brasil). 4. Ordenação Territorial - Distrito Federal (Brasil). I. Timm, Paulo César. II. Dominici, Maria Celeste Macedo. III. Couto, Ronaldo Costa. IV. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN). V. Título.

CDU: 308 (817.4)

A opinião dos autores não expressa necessariamente o ponto de vista da CODEPLAN nem das instituições a que pertencem.

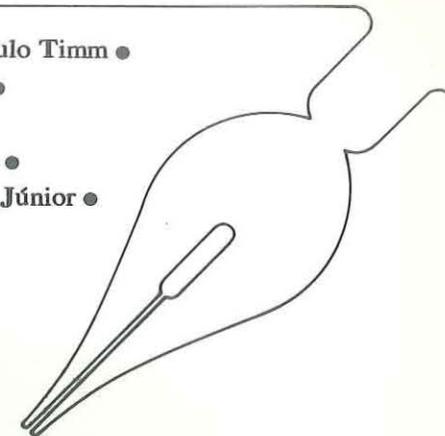
Sis.: 139689

CRB: 02000003552.

Ronaldo C. Couto • Paulo de T. Lustosa da Costa • Paulo Timm •
Maurílio Silva • Frank Soudant • Jorge G. Francisconi •
Maria do Carmo Bezerra • Mário D. de A. Neto •
Lia Z. Machado • Jacques Veloso • Antônio C. Peliano •
M. Celeste Dominici • Paulo Bertran • Álvaro Luchiezi Júnior •
Aldo Paviani • José Albuquerque Júnior •
Humberto P. G. V. de Lima • Gustavo S. Maior •
RP Engenheiros Associados • Benício Schmidt.

Paulo Timm

M. Celeste Dominici - Org.



2

CADERNOS CODEPLAN

BRASÍLIA: Uma Economia Forte num Meio Frágil

Coletânea

338.22 (817.4)

B 823

BEF

001699941

Brasília 1992

HISTÓRIA TÉCNICA: O DISTRITO FEDERAL

Paulo Bertran

Brasília e o Distrito Federal foram na história do Brasil os mais notáveis projetos de mudança da ordem geopolítica nacional através de dois séculos de admirável persistência. Propomo-nos aqui estudar uma das vertentes desse projeto, qual seja, o da história das idéias técnicas para uma nova capital do Brasil.

Os inconfidentes mineiros são os primeiros a esboçar a idéia da nova capital. O mais culto dentre eles - o Cônego Luís Vieira da Silva - é quem formula a idéia básica de situação da capital, (concebida como uma sobreposição à realidade sócio-econômica da colônia), quando se refere com surpreendente antevisão a "afastar a capital das agitações de um porto marítimo e das populações ambulantes das minerações do ouro, onde parece que a terra evapora tumultos." Tiradentes e outros, um tanto bisonhamente, sugeriam a capital em São João D'El Rey - MG.

A idéia abstrata de uma capital vai-se incorporando durante o século XIX com considerações quanto a centralidade geográfica e a acessibilidade às grandes bacias hidrográficas, até desaguar em formas híbridas, políticas, às vezes mais concentracionistas e hierárquicas do que federativas.

Os nomes que ao longo de quase dois séculos sugeriram-se para a nova capital mostram os rumos de sua ideologia e de sua programática em evolução: Nova Lisboa (William Pitt, 1805), Paraíso Terreal (Hipólito da Costa, 1813), Pedrália (Menezes Palmiro, 1822), Petrópole ou Brasília (José Bonifácio de Andrada e Silva, 1823), - até surgir a prescritiva "Imperatória" (1849) do Visconde de Porto Seguro. Neste século, o Marechal José Pessoa (1955) sugeria o nome Vera Cruz, como a "continuidade histórica da nossa pátria civilizada, no decorrer dos séculos, à sombra do sagrado madeiro". Não se firmou a sugestão. Já se eclipsaram no passado o país cristão.

Ao passo que se aperfeiçoava a ideologia da mudança, havia crescente dominância do conceito geopolítico sobre outras variáveis. E, mais, esclarecia-se também o sítio geográfico. William Pitt, em 1805, querendo, à vista da expansão napoleônica, preservar o Brasil para a coroa portuguesa, propunha a mudança da capital do indefeso Rio de Janeiro para as margens do lago Xaraés, ficção do bandeirismo que o situava na origem do rio da Prata, com uma fácil transposição para o Amazonas. Pitt tinha em mãos algum velho mapa do século XVII, indicando essa lendária lagoa, também conhecida por El-Dourado e Paititi,

situada em algum lugar de Mato Grosso, possivelmente o atual Pantanal mato-grossense, nas cheias tomado por uma grande lagoa. Hipólito da Costa, pouco tempo depois ia mais corretamente ao assunto: buscava "um ponto central nas cabeceiras do rio de São Francisco... em cujas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios que se dirigem ao norte, sul, ao nordeste e ao sudeste" e de onde "baixariam as ordens como baixa, as águas"... José Bonifácio de Andrada, em 1823, resume a proposta de Hipólito da Costa e dá nome aos bois: seria a capital na comarca de Paracatu, em algum território confinando as vertentes dos rios Paracatu, Urucuia e rio das Velhas. Exatamente na região de "Grande Sertão Veredas", para susto do Diadorim, de todo ingênuo dos sonhos do grande Andrada.

Meio-Século passa-se. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, é quem, em 1877, equaciona de vez, dentro de um racionalismo perfeito, o idealismo, o centralismo geográfico da localização da futura capital, "no triângulo formado pelas Lagoas Feia, Mestre D'Armas e Formosa". Chega mesmo a sugerir o local para edificação da cidade na "Serra da Gordura", atual Chapada das Águas Emendadas, onde "a menos de um tiro de fuzil" vertem águas para as bacias do São Francisco, do Tocantins e do Prata". Comentando o clima ameno que a região ofereceria ao imigrante europeu, Varnhagen recupera uma dentre outras idéias de William Pitt, quanto à colonização do Brasil e da nova capital dos europeus.

Essa nova vertente florescerá depois no conteúdo europeizante da famosa Comissão Cruls, produto da Constituinte de 1891. Curiosamente, eco remoto de um roteiro perdido, em 1956 haveria gestões para a vinda de 100 famílias holandesas para o Distrito Federal. Mas passara o tempo do europeísmo e morreu o assunto.

Ideologicamente, a Comissão Exploradora do Planalto Central, (conhecida mais por Comissão Cruls, pelo nome de seu Chefe, Dr. Luís Cruls, cientista belga de renome, radicado no Brasil), conservando a proposta de Varnhagen quanto à localização da capital no tripartite divisor de águas, aprofunda o peso das razões no clima extremamente salubre e num minucioso inventário dos recursos naturais da região. O primeiro RIMA da história do País.

Quem melhor complementa e expressa os parâmetros ambientais e estéticos é o botânico A. Glaziou, que assim se manifesta sobre a região do atual Distrito Federal: "lembra-me o Anjú, a Normandia, a Bretanha... dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável, a não ser na miniatura dos antigos parques ingleses, desenhados por Le Notre ou Paxton". Pertence a Glaziou a idéia de "retocar" a secura do clima desses jardins naturais com a formação de um Lago, ensejando estranhas conseqüências, como veremos depois.

Conquanto reconhecesse problemas quanto à fertilidade do solo, Glaziou, graças à altitude e clima gostaria de povoar seu jardim inglês "com árvores frutíferas dos climas temperados, tais como pereiras, macieiras, figueiras, etc., e principalmente a vinha"... que ninguém é de ferro. Mas advertia que só com extrema circunspeção manejasse-se o cabo de machado contra a vegetação nativa.

Justapunham-se, em Glaziou, o "Paráiso Terreal" de Hipólito da Costa e as terras de minérios, leite e mel do sonho/viagem/profecia de São João Bosco, sedimentando-se todas essas idéias na vertente majestática e geopolítica do

Visconde de Porto Seguro. Mas Glaziou foi seu primeiro amoroso e poeta, tão ou mais convincente do que o velho historiador do Império.

Essas dualidades florescerão mais intensamente no último quartel do nosso século, com a diferenciação de propósitos e intenções de Brasília enquanto cidade e região e de Brasília Capital do País, questões tão vitais quanto de difícil solução.

Depois, passa-se quanto à idéia da mudança, outro meio-século de ostracismo. Afinal, a Constituinte de 1946 resgatou novamente a necessidade de Brasília, visto a fragilidade de uma capital marítima como o Rio de Janeiro e o recente exemplo da 2ª Guerra Mundial. O assunto passou a ser questionado por militares graduados, especialistas em geopolítica, como o General Caiado de Castro e importantíssimos, Marechal José Pessoa e o Médico-historiador Ernesto Silva. A mudança da capital para o Planalto Central havia-se transformado numa questão de Segurança Nacional por parte de um grupo de intelectuais da Escola de Guerra, que lutava até mesmo com o antagonismo ou descrença de outros oficiais do exército, como por exemplo, o General Lott.

Tentando costurar tanto quanto podia o trabalho da Comissão Cruls, o General Poli Coelho chega a declarar por tortuosos caminhos que "A solução proposta (...) pelo Dr. Luís Cruls, constitui uma solução geopolítica ou, pelo menos, a melhor solução que até hoje pode ser dada ao problema da mudança da capital, do ponto de vista geopolítico, isto é, do ponto de vista que realmente convém ao problema". Não o era. Mas ficou sendo. A historicidade da Missão Cruls não podia ser abandonada.

Assim, enquanto em 1948 o General Coelho resgatava numa ponta da meada o monumento histórico da Comissão Cruls, o General Caiado de Castro e o Marechal José Pessoa, em 1954, enganchavam em outra ponta os trabalhos então contratados com a firma norte-americana Donald Belcher and Associates para esmiuçar, com recursos modernos de interpretação aerofotogramétrica, os melhores sítios para a implantação da nova capital.

O RELATÓRIO BELCHER E AS PRÉ-QUALIFICAÇÕES DE BRASÍLIA

A área do novo Distrito Federal, que Luís Cruls determinara em 1894 como de 14.400 km², foi ampliada por Poli Coelho para 77.250 km², por adições ao norte do quadrilátero Cruls, alegando-se necessidade de divisas naturais. O Congresso Nacional porém entendeu, em 1953, que a área em estudo deveria ser de 52.000km² (dos quais se retirariam 5.000km² para o futuro Distrito Federal), área espichada desta feita ao sul do quadrilátero Cruls original. É a região de onde se extrairá o Relatório Belcher, abrangendo desde Goiânia até Unai.

Os estudos de Belcher e Associados, passados 30 anos, ressentem-se dos avanços técnicos havidos nesse período. Há, naturalmente, um sistema de idéias nas interpretações e escolhas de sítios feitas pelo escritório americano. São marcadas mais por uma concepção estrutural de território do que por uma análise funcional, mas é muito cedo historicamente para se empreender esse tipo de avaliação. Dentro de mais alguns anos, o Relatório Belcher pode passar aos olhos de novas gerações como tão exótico e ingênuo quanto nos parece hoje o Relatório Cruls.

Nos cinco sítios examinados por Belcher, a preocupação dominante é a vocação urbanística do local e os condicionamentos estruturais de solo, topografia, clima e hidrologia. Estabelecidos esses dados, preocupa-o o sistema geral de drenagem das áreas e a circulação atmosférica. Conquanto estivessem presentes diversos componentes para uma concepção ambiental dos sítios, a ciência de meio ambiente aplicada ao planejamento urbano e regional mal engatinhava ao tempo do relatório Belcher e, mais tarde, do próprio concurso urbanístico.

Para nos atermos apenas ao sítio "Castanho" onde depois se instalariam o Plano Piloto e as cidades-satélites do Núcleo Bandeirante, Guará e Cruzeiro - excluindo-se as demais, - Belcher chama atenção para o domo triangular definido pelos córregos Fundo e Bananal antes de sua junção no rio Paranoá, (...) onde "as encostas ao longo dos vales são suaves e adequadas para edificações" ...ao passo que "os vales em si poderiam ser desenvolvidos para edifícios públicos e a sede do governo".

Ressalva Belcher sobretudo a excelência do sistema de drenagem do sítio, com reservatórios hidrográficos a montante da cidade e descarga a jusante, no rio Paranoá, que a seu ver, por apresentar uma longa série de quedas e corredeiras, possibilitaria uma "purificação natural das águas servidas descarregadas da cidade". Para Belcher, os recursos recreacionais do Sítio Castanho são "tão variados quanto excelentes, variando desde as encostas densamente florestadas do Rio Paranoá, (aquelas a que Glaziou se referia no relatório Cruls como a jamais sofrer o corte do machado a não ser com "muita circunspeção"), "até os pontos vizinhos, onde é possível construir lagos artificiais".

Em diversas passagens do relatório, Belcher sugere, às vezes ostensivamente, o favoritismo pelo sítio Castanho, que de certa maneira foi o único em que visualizou uma cidade e seu macrossistema estrutural.

A Brasília ficcional de Belcher (se é que o esboço apenas sugerido pode configurar-se em uma visão urbanística) seria uma cidade talvez horizontalizada, com o centro governamental onde é hoje o lago Paranoá, e servida por um sistema natural de captação e de drenagem hídrica.

Depois, verificou-se que não eram tão racionais e naturais assim as facilidades do sítio idealizado, e Belcher prudentemente, um tanto sibilinamente, diz que "o corpo de planejamento da firma reconhece, através do trabalho, que o crescimento da cidade se processará em estágios. Em vista disso, não seria prático nem exequível planejar prematuramente facilidades para a capital que viessem a satisfazer suas demandas finais". ...E quanto ao uso do próprio material e análise do relatório esclarece que "o seu pleno uso começará de novo porque a execução de vastos planos necessários a um tal empreendimento deve fazer uso contínuo de todos os mapas e análises que foram apresentadas".

Querira com tudo isso se eximir Belcher de equívocos do relatório? Pretenderia ser recontratado permanentemente? Emitia um alerta verdadeiramente científico? Ou previa intervenções extravagantes em seu "domo triangular"?

O fato é que ninguém mais depois parece ter lido o volumoso e maçante relatório. Que o diga o virtual desconhecimento técnico de estruturas territoriais

que presidiu e preside ainda à instalação das Cidades-Satélites e do que se não pode culpar a Belcher Associates.

Se a predileção que Belcher cultivava pelo sítio Castanho tinha seus pressupostos técnicos, os efeitos que o local exerceu sobre os Marechais Pessoa, Travassos e o Coronel Silva foram devastadores.

A PRÁTICA E A TEORIA

Em fevereiro de 1955, três meses antes da formal definição pelo sítio Castanho, chegando os três militares ao topo do "domo" belcheriano (no Cruzeiro), assaltou-os a síndrome antiga de Glaziou: "O Marechal Travassos não pode conter a admiração e afirmou que não acreditava haver outro local tão adequado e belo para a construção da capital", lembra Ernesto Silva.

A escolha emocional fora feita. A subcomissão técnica que nos meses seguintes deveria examinar com minúcias os sítios selecionados por Belcher, apenas conseguiu irritar o Marechal Pessoa, que praticamente a implodiu. O importante, politicamente, era definir. O mais rápido possível, antes da idéia magistral do cônego Luís Vieira da Silva, inconfidente, fazer água e morrer nas praias da história.

A partir daqui implodiu também o conhecimento científico de Brasília. Rapidamente, nos anos seguintes, as razões técnicas cederam às razões políticas e emergenciais. O construtivismo elevado à quintessência da ação política não permitia margens a reflexões mais circunstanciadas. E talvez tenha sido necessário assim. A intuição histórica não agüenta o tecnocratismo sem intuição.

Ainda no mês da primeiríssima viagem a Brasília do iluminado J.K., o respeitado engenheiro Saturnino de Brito Filho manifestava "sua descrença, sua dúvida quanto ao potencial de abastecimento d'água no local escolhido para a sede da cidade" (E. Silva, op. cit.). Sua teimosia só foi vencida quando ao vir em pessoa, ao local com o presidente Juscelino rendeu-se aos fatos". (ibidem) Mesmo levado de roldão pelo entusiasmo de J.K., Brito Filho sapecou em seu relatório: "Em face de serem limitadas as bacias hidrográficas próximas afirmou-se, sem maiores estudos de campo, que as águas subterrâneas são suficientes para completar o suprimento urbano". Desta feita implodiam tanto uma parte falha do relatório Belcher quanto resultante parte da técnica nacional. Afirmava-se, porém, ainda em 1955, que o rio Paranoá tivera em plena seca de agosto uma vazão de 8 metros cúbicos por segundo, "mais água do que consome atualmente a cidade de São Paulo".

Para complicar ainda mais, tratava-se aqui como manancial aquilo que Belcher previra como defluente!

Finalmente, houve que resolver com emergência a questão do abastecimento elétrico do futuro canteiro de obras, que a curto prazo não podia ser feito pela energia da Cachoeira Dourada ou Três Marias.

Ora, constava desde os tempos da comissão Cruls a hipótese esposada por Glaziou de que em alguma Era Geológica o vale do Paranoá fora um lago e que a cachoeira do rio podia produzir 29.000 Kw.

A idéia foi recuperada em 1955 pela Subcomissão de Planejamento Urbanístico, constituída pelos professores Raul Pena Firma, Roberto Lacombe

e José de Oliveira Reis, que também elaboraram, em 1955, o estudo preliminar da cidade de Vera Cruz do Marechal José Pessoa, e onde já consta o lago. Tudo isso um ano antes do edital do concurso e um ano meio antes de seu resultado.

Ora, uma vez fixado o Lago Paranoá, ruíam por terra dois outros princípios basilares do Relatório Belcher, quais sejam os da unidade e continuidade topográfica do sítio Castanho e o da concepção do rio Paranoá como defluente do sistema de drenagem imaginado. No primeiro caso, seccionou-se previamente o plano urbanístico, no segundo, inutilizou-se o plano de drenagem que Belcher idealizara para o rio Paranoá, que por "apresentar uma longa série de quedas e corredeiras... possibilita uma purificação natural das águas servidas descarregadas". Ao contrário, com o lago, criou-se uma gigantesca bacia de acumulação de poluentes.

Mais ainda, a forma tentacular do lago, com suas restingas, de certa forma condicionou os projetos do concurso a um obstáculo geográfico, de forma a limitá-los, enquanto concepções urbanísticas, a longas variações em torno de um tema central de traçados de eixos, espremidos pelo recorte semilunar do lago. No próprio projeto, Lúcio Costa, a curvatura das asas nada mais é do que um símile do contorno do lago Paranoá.

Efetuar-se poeticamente uma ruptura entre o científico "Sítio Castanho" de Belcher e as pré-condições do concurso. As condições mesológicas foram dissociadas de seus objetivos urbanísticos. A cidade dessa forma, intuitivamente, não poderia nascer senão sob a forma do rabisco de Lúcio Costa.

CONCLUINDO

Ao cabo dessas digressões em torno da primeira história técnica de Brasília quais sugestões essa mesma história nos legaria para as circunstâncias do Presente?

A meu ver, tivemos até o momento dois grandes processos de intervenção territorial em Brasília e no Distrito Federal. O primeiro já mencionado, de ruptura das condições mesológicas originais entre os relatórios Cruls e Belcher e os projetos do concurso urbanístico, com a construção do Plano Piloto. O segundo pela construção e a locação meio espontânea e meio desorientada das cidades-satélites e de novos assentamentos e expansões, antes imprevistos.

Naturalmente novas intervenções se sucederão como necessidades integrantes do processo urbano em um país novo, ainda por certo tempo instável quanto às suas massas migracionais e ao seu perfil urbano.

Assim, se há lições a retirar-se do passado técnico de Brasília, dizem essas respeito fundamentalmente à necessidade de formular-se novos conceitos de territorialidade, meio ambiente e mesologia que possam harmonizar-se com um processo de urbanização mais moderno.

Mais sábio, mais culto em preocupações ecossistêmicas, e mais aberto a concepções de agradabilidade do *habitat* e do *ethos* ambiental. Agradando ao Hipólito, ao João Bosco e ao poético Glaziou.

CITAÇÕES

CRULS, Relatório - **Relatório da Comissão Explorada do Planalto Central do Brasil** - CODEPLAN/GDF - Brasília, 1984.

BELCHER, Relatório - **O Relatório Técnico Sobre a Nova Capital da República** - CODEPLAN/GDF, 1984.

CODEPLAN/GDF - **Atlas do Distrito Federal - Vol. III**, - Brasília, 1984.

SILVA, Ernesto - **História de Brasília**, 2ª Edição - Brasília, 1985.